



TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 130/2016
PROCESSO Nº 9380/2016
DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ATENDER COMO ALUGUEL SOCIAL, NESTE MUNICÍPIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA BARRA E O SR^a. MARIA TEREZA MUNIZ.

O Município de Conceição da Barra, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº. 27.174.077/0001-34, com Sede à Praça Prefeito José Luiz da Costa, s/n, Centro, Conceição da Barra/ES, neste ato representada pela sua Prefeita Municipal, Sr^a. **ADÉLIA AUGUSTA DE MATTOS PEREIRA MARCHIORI**, brasileira, casada, portadora da Carteira de Identidade (RG) nº. 226.869/SSP-SP e Inscrita no CPF/MF nº. 015.274.567-06, residente e domiciliada à Avenida Atlântica - Conceição da Barra/ES, doravante denominado **LOCATÁRIA**, e o Sr^a. **MARIA TEREZA MUNIZ**, portador da CI (RG) nº 3.119.962-SSP/ES, inscrito no CPF Nº 458.327.305-34, residente à **Rua: Projetada, S/nº, Vila Operária- Conceição da Barra ES, CEP: 29.960-000**, doravante denominado **LOCADOR**, ajustam o presente contrato de locação nos termos do art. 24, X da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores, de acordo com o Processo nº 9380/2016, parte integrante deste instrumento, ficando, porém, ressalvadas como transcritas as condições nele estipuladas que contrariem as disposições deste contrato o qual se regerá pelas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1 - Constitui-se objeto do presente contrato a locação de imóvel para atender famílias em situação vulnerabilidade sociais da Lei nº 2.648/2013 do (Aluguel Social), situado à Rua: Projetada, S/nº, Vila Operária- Conceição da Barra ES, CEP: 29.960-000, constituindo-se o referido imóvel para a Sr^a Valdenita Jesus da Rocha.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.1 - As despesas decorrentes da presente contrato correrão a conta da seguinte classificação do orçamento vigente:

Unidade Orçamentária 2016/2017

21.03.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social.

21.03.30 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Classificação Funcional – 08.244.0008.2.0075

Natureza da Despesa – 3.3.90.36.15

Recurso: 1.3999.0000

21.03.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social.

21.03.30 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Classificação Funcional – 08.244.0008.2.0075

Imposto de renda municipal



Natureza da Despesa – 3.3.90.36.15
Recurso: 1.3999.0000

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE INICIO E DA DURAÇÃO DO CONTRATO

3.1 - Prazo de duração do Contrato perdurará por 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura do Termo Contratual, podendo ser prorrogada por iguais períodos, por conveniência das partes, ou cassado mediante prévio comunicado à outra parte em prazo não inferior a 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO

4.1 - O preço mensal da locação do objeto deste contrato será de **R\$ 1.500,00 (Hum mil e quinhentos reais) sendo R\$ 250,00 (Duzentos e cinquenta Reais) mensais.**

4.2 - O valor do contrato será pago mediante requerimento do órgão municipal responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução deste contrato, devidamente atestado.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - A Locatária pagará à Locadora, pela parcela do mês de referência até o quinto dia útil do mês subsequente, vedada à antecipação.

5.2 - Eventuais atrasos nos pagamentos das parcelas mensais, não serão objeto de penalidade com acréscimos pecuniários de qualquer natureza.

5.3 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64, e alterações posteriores.

5.4 - Fica assegurado ao Locatário o direito de deduzir do pagamento devido a Locadora, independentemente da aplicação de multas, importâncias correspondentes a:

5.4.1 – Débitos a que tiver dado causa;

5.4.2 - Despesas relativas à correção de eventuais falhas;

5.4.3 - Débitos com Administração Municipal;

5.5 – Os pagamentos poderão ser sustados pelo Locatário no caso de não cumprimento das obrigações assumidas que possam, de qualquer forma, prejudicar o Locatário;

CLÁUSULA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 – A fiscalização da execução dos serviços será feita pelo CONTRATANTE, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, na pessoa do Srº **Francisco de Assis Nascimento dos Santos - Matrícula: 700378-1**, a fim de cumprir, rigorosamente, os serviços, os prazos e condições do presente edital, proposta e as disposições do contrato.

6.2 – A fiscalização referida no subitem anterior não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita execução dos serviços.

Contrato 130/2016 Página 2 de 4

Francisco de Assis Nascimento dos Santos

[Handwritten signature]



6.3 – Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.4 – É direito de a fiscalização recusar quaisquer serviços, quando entender que os mesmos ou que os materiais empregados não sejam os especificados, ou, ainda, quando entender que a execução esta irregular.

CLÁUSULA SETIMA - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

7.1 - Compete ao LOCATÁRIO, dentre outros:

I – Efetuar o pagamento mensal a locadora de acordo com as condições e formas estabelecidas neste instrumento;

II – Restituir o imóvel, finda a locação, na forma que recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do uso normal;

III – O locatário não poderá sublocar o imóvel objeto deste contrato.

7.2 - Compete a LOCADORA, dentre outros:

I – Entregar o imóvel objeto deste contrato em estado de servir ao uso a que se destina, com todas as taxas e impostos quitados até a data do início da locação;

II – Fornecer ao locatário descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes;

III – Pagar pontualmente imposto incidente sobre a propriedade do imóvel, IPTU.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 - Constituem motivo para rescisão do presente contrato o não cumprimento de suas cláusulas e condições, assim como demais motivos previstos na legislação referentes a contratos administrativos.

8.2 - Em caso de rescisão contratual, uma parte deverá comunicar a outra com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, objetivando a não interrupção das atividades e o risco de causar prejuízo à outra parte.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 - O presente contrato obriga as partes contratantes e seus sucessores, restando estabelecido que a infração de qualquer de suas cláusulas acarretará sua imediata rescisão de pleno direito, independente de notificação judicial ou extrajudicial e a responsabilidade da parte infratora de multa equivalente ao percentual de 10% do valor global do Contrato.

9.2 – A penalidade prevista na sub-cláusula anterior não afasta aquelas impressa na Lei 8.666/93. Durante a execução do Contrato, poderão ser aplicada às penalidades previstas na Lei 8.666/93 no que concerne descumprimento contratual.



CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 – Quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato serão resolvidas de acordo com a legislação vigente.

10.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Conceição da Barra - ES, em detrimento de qualquer outro, por mais vantajoso que seja.

10.3 - E, por estarem assim justas e contratados, foi lavrado o presente Termo, em três vias de igual teor e forma, que após lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e pelas testemunhas presentes infra-identificadas.

Conceição da Barra - ES, 19 de Dezembro de 2016.


ADÉLIA AUGUSTA DE MATTOS PEREIRA MARCHIORI
Prefeita Municipal


Francisco de Assis Nascimento dos Santos –
Matrícula: 700378-1
Fiscal do contrato


Sr^a. MARIA TEREZA MUNIZ
CPF N^o 458.327.305-34
Locatária